



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

A FLEXIBILIZAÇÃO DE TEMPO PARA O PERCURSO ESCOLAR: O QUE DIZEM OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS?

Autores: REGILANE CANTUARIA FIGUEIREDO, LUCÍLIA ALVES DE OLIVEIRA, SELMA MENDES SANTOS PEREIRA, ELIZETE VASCONCELOS REIS ARNIZAUT, JEANE CANTUÁRIA FIGUEIREDO, REJANE CANTUÁRIA FIGUEIREDO DE MACEDO, LEONARDO DIAS MARTINS

Este trabalho trata-se de uma pesquisa realizada em três escolas públicas estaduais, localizadas na cidade de Janaúba (MG) que possuem alunos com deficiência matriculados na instituição. O objetivo desta pesquisa foi identificar se a flexibilização de tempo para o percurso escolar é contemplada no texto do Projeto Político Pedagógico da escola, conforme descreve a Resolução CEE nº 460, de 12 de dezembro de 2013. Esta pesquisa postula as seguintes questões: A temática da flexibilização vem sendo efetivamente trabalhadas na sala de aula pelos professores? O Projeto Político Pedagógico das escolas pesquisadas faz alusão a flexibilização de tempo para o percurso escolar descrita na Resolução CEE nº 460/2013? O debate das questões postuladas nesta investigação são fundamentais, tendo em vista a urgência de ampliarmos a discussão da temática sobre a flexibilização do tempo escolar nas escolas da rede pública, pertencentes à jurisdição da SRE de Janaúba, considerando que a previsão legal da flexibilização do tempo escolar no Ensino Fundamental e Médio, na qual poderá ser acrescida em até 50% do tempo previsto para esses níveis de ensino. Nesse trabalho, optamos por utilizar como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa descritiva. O estudo baseou-se na abordagem qualitativa, recorrendo à pesquisa documental para análise da efetividade Resolução CEE nº 460/2013. Em relação as Propostas Pedagógicas das Escolas pesquisadas, não identificamos nos documentos qualquer menção à flexibilização do tempo escolar. Por fim, esse estudo contribuiu para a reflexão com professores, gestores e comunidade escolar quanto à necessidade de se discutir com os órgãos competentes e com a comunidade escolar sobre a necessidade de reformular os documentos da escola e a proposta pedagógica para alinhar as exigências da Resolução CEE nº 460/2013.